

Aula 12

A CRISE DO POPULISMO (1961-64)

META

Recuperar do esquecimento a figura controvertida do presidente João Goulart, por meio do filme Jango (1984) de Silvio Tendler, oferecendo ao estudante versões conflitantes – militares e da esquerda - sobre a memória do golpe de 1964.

OBJETIVOS

descrever como as disputas político-ideológicas da época influenciam a interpretação da história da crise do populismo e do golpe de 1964;
colocar o golpe de 1964 como marco divisor e referência incontornável para qualquer avaliação do passado recente, particularmente por sua herança autoritária em nossa vida política e jurídica; e
evidenciar como o filme desempenha um papel importante na construção da memória coletiva de uma nação, especialmente por resgatar figuras esquecidas de nossa história.

PRÉ-REQUISITOS

O aluno deverá realizar a leitura da entrevista com o historiador Manuel Correia de Andrade (ver Momento de Reflexão).

Antônio Fernando de Araújo Sá

INTRODUÇÃO

Olá, caro aluno! Na aula anterior, transitamos pelo governo de Juscelino Kubitschek, na qual traçamos os planos e metas de seu governo.

Hoje, iremos resgatar os acontecimentos do governo de João Goulart que, desde o início de seu mandato, conviveu com o fantasma do golpe de Estado. Veremos os impasses e os conflitos da democracia burguesa no Brasil, impondo o golpe de 64 como referência para qualquer avaliação do passado recente. Partindo da análise de alguns autores, sobre a historiografia do governo Jango, faremos uma reflexão sobre sua personalidade e comportamento político. Através do filme Jango (1984) de Silvio Tendler, tentaremos resgatar do esquecimento a pessoa polêmica que foi o presidente João Goulart.

A leitura da entrevista com o historiador Manuel Correia de Andrade, pré-requisito desta aula, é muito importante para a compreensão do conteúdo.



João Goulart (Fonte: <http://www.franklinmartins.com.br>)

O GOVERNO JANGO E O GOLPE DE 64

Como ressaltou Jorge Ferreira (2003, p. 345-347), a historiografia sobre o governo João Goulart e o golpe civil-militar de 1º de abril de 1964 ainda têm como referências paradigmas tradicionais, ora culpabilizando um único indivíduo, ora referindo-se a estruturas que determinam, de forma inelutável, o destino das coletividades.

Há autores que personalizam a História, como é o caso da direita civil-militar golpista, que coloca Jango como demagogo, corrupto, inepto e influenciado por comunistas. Já para as esquerdas revolucionárias e a ortodoxia marxista-leninista, Jango era um líder burguês de comportamento dúbio e vacilante. Ou ainda existem aqueles que o colocam como “populista”. Assim, Ferreira (2003, p. 345-346) afirma que “direitas, esquerdas e liberais se unem em uma mesma explicação: o comportamento, a personalidade e a incapacidade política de um único indivíduo atuaram como fatores decisivos, se não determinantes, para o golpe”.

Na obra de Otávio Ianni, ele parte da análise individual à explicação estrutural, que coloca o golpe de 1964 como produto do colapso do populismo. Deste modo, o golpe aparece “como resultado da contradição entre a crise estrutural do padrão agrário-exportador e os modelos de desenvolvimento nacionalista e associativo com empresas estrangeiras”. O autor critica o determinismo econômico nestas avaliações, por colocar como inevitável do golpe com base nas mudanças no padrão de acumulação de capital que ocorreram ainda no governo JK (FERREIRA, 2003, p. 346).

Outra interpretação corrente fala da Grande Conspiração, isto é, da aliança entre grupos sociais conservadores brasileiros (empresários, latifundiários, políticos reacionários, militares golpistas e Igreja tradicionalista) com a CIA e o Departamento de Estado norte-americano. Assim, a “conspiração direitista interna-externa teria sido o fator fundamental para a crise política de 1964”. Deste modo, minimiza-se a participação dos grupos e classes sociais que atuaram na luta de classes no início dos anos 1960 no Brasil, transferindo a “culpa” pelo golpe ao “Outro”, o “estrangeiro” (FERREIRA, 2003: p. 347).

Concordo com Ferreira, que essas versões sobre a crise do populista no período de 1961-1964 são insuficientes para compreendê-la e que o método histórico de reconstituição das identidades e dos interesses dos atores coletivos envolvidos no processo, bem como as lutas políticas e conflitos sociais que eles vivenciaram, é o caminho mais seguro para o historiador.



João Goulart (Fonte: <http://www.franklinmartins.com.br>)

JOÃO GOULART: A HISTÓRIA NOS CONFRONTOS DA MEMÓRIA

Em 1984, o filme *Jango*, de Silvio Tendler, “desafiou as mentiras da direita e o preconceito da esquerda, devolvendo uma face humana e uma biografia republicana ao presidente deposto em 1964” (LABAKI, 2006: p.110). Ao contrário do filme *Os Anos JK* (ver aula anterior), marcado pelo estilo sóbrio, Tendler em *Jango* opta pela emoção. Jorge Ferreira (2001: p. 168) cita inclusive uma fala do próprio diretor em que afirma: “No *Jango*, eu trabalhei muito a trilha sonora para criar um clima em que a emoção passasse junto com a informação”. Para o historiador, “Tendler contou-nos sua história, ou melhor, uma história que é da sociedade brasileira, embora ela tenha, ao longo dos anos, se esforçado para esquecê-la” (FERREIRA, 2001: p. 164). Para o diretor, João Goulart foi protagonista de um momento singular da história do país, que merece ser conhecido pelo conjunto da sociedade brasileira, especialmente por ter se tornado uma das figuras centrais do trabalhismo brasileiro. *Jango* foi, assim, um dos protagonistas da transição organizativa, programática e ideológica do PTB na direção de uma aproximação com as esquerdas, particularmente do PCB. Isto pode ser percebido em seu discurso na Convenção do PTB em 1957, quando João Goulart “pronunciou um discurso radical e nacionalista em favor das reformas econômicas e sociais” (FERREIRA, 2001: p. 165).



Jango (no centro) em visita ao presidente John Kennedy (à dir.). Abril de 1962 (Fonte: www.cpdoc.fgv.br).

Neste sentido, Jean Claude Bernardet e Alcides Ramos (1988: p. 82) mencionam em uma entrevista do diretor que demonstra “a necessidade de justiça social no país, a necessidade de um projeto político, econômico e social que contemplasse o lado da justiça social. E, para mim, esse projeto estava no resgate da figura de João Goulart”. Esse projeto vincula uma linha de continuidade positiva entre os governos Getúlio Vargas, JK e Jango, especialmente no que se refere ao último presidente, que colocou a questão social na ordem do dia. Assim, o filme “pinta um retrato de

Jango como um homem progressista e nacionalista, dando especial atenção à política externa de seu governo: visita à URSS, visita à China de Mao Tse Tung, ruptura com o alinhamento automático com os EUA, reconhecimento do novo governo cubano, etc.” (BERNARDET & RAMOS, 1988: p. 44).

Para Jorge Ferreira (2001: p. 166), Silvio Tendler “foi muito feliz em construir um documentário que resgatou um país imerso em um clima político e cultural que apontava para a necessidade de reformas econômicas e sociais”, colocando Jango como o personagem que representava um conjunto de sentimentos coletivos em que se confundia o projeto de justiça social com o nacionalismo.

Essa utopia “atizou a imaginação das esquerdas, como trabalhistas, socialistas e comunistas, o movimento operário e sindical, os camponeses que começaram a se organizar e, inclusive, facções do próprio Exército” (FERREIRA, 2001, p. 168)

Os confrontos da memória sobre o golpe de 1964 aparecem com todo vigor na película, na qual a versão militar (veja, por exemplo, a fala do General Antônio Carlos Muricy) é contraposta às versões de políticos e sindicalistas ligados à João Goulart (Gregório Bezerra, Leonel Brizola, Francisco Julião, Aldo Arantes etc.). Neste sentido, há uma clara opção do diretor em despertar simpatia dos espectadores com o governo de Jango. Entretanto, como alerta Bernardet & Ramos (1988, p. 45), ficamos mais informados sobre a direita golpista do que sobre a movimentação dos grupos que apoiavam o populismo janguista. Isto talvez objetivasse encobrir a fragilidade do esquema de apoio ao governo de Jango.

Deste modo, o filme compartilha da visão da esquerda que deu apoio ao governo Jango, especialmente o PTB e o PCB, como fica claro na obra clássica de Moniz Bandeira. Mesmo os depoimentos contrários à versão do PTB/PCB acabaram por reforçar sua versão, obliterando outras versões da própria esquerda como Paulo Schilling, que afirmou: “De traição em traição chegou à (...) entrega do poder à direita” (BERNARDET & RAMOS, 1988, p. 45).

É interessante observar que a memória militar sobre o golpe de 1964 e a instalação do regime autoritário só recentemente recebeu a devida atenção por parte dos historiadores, o que torna o filme um pioneiro nesta empreitada. Talvez porque os próprios militares não tinham interesse em rememorar a experiência vivida pela intervenção militar no cenário político. A necessidade de intervir na memória coletiva pode ser buscada ao longo do processo de transição à democracia, quando a imagem dos militares encontrava-se arranhada pela violência e o terror a que se vinculou à ditadura militar.

Nos depoimentos colhidos por Maria Celina D’Araújo, Gláucio Soares e Celso Castro (1994) vislumbram-se o papel central do anticomunismo na explicação dos motivos que levaram ao golpe. Contudo, esta intervenção militar deve ser inserida no contexto da Guerra Fria, na medida em que os depoimentos dos militares relevam que, ao lado da Indochina, Argélia, Cuba, “1964 é visto como mais um episódio da grande guerra ideológica entre comunismo e capitalismo”. A visão destes militares conduz a uma

leitura de um “contragolpe” ao golpe de esquerda que viria, provavelmente assumindo a feição de uma ‘república sindicalista’ ou ‘popular’”. Para eles, o pecado capital da esquerda foi a quebra dos princípios da hierarquia e da disciplina militar, como o apoio à revolta dos sargentos em 1963 e a dos marinheiros e fuzileiros navais em março de 1964.



Leônidas Pires Gonçalves (Fonte: <http://www.exercito.gov.br>).

Segundo alguns autores, isso por si só seria motivo para a intervenção militar. Por outro lado, no depoimento de Leônidas Pires Gonçalves, “a Revolução saiu sob pressão da sociedade civil”, pois, assustados com a possibilidade de a esquerda tomar o poder, a Igreja, empresários e classe média foram cúmplices do golpe. Neste mesmo depoimento, o general expõe sua mágoa ao afirmar que “(...) hoje em dia a mídia não se cansa de nos jogar na cara que nós somos torturadores, que somos matadores (...). Acho que há muita injustiça” (D’ARAÚJO, SOARES & CASTRO, 1994).



Macha da Família com Deus e pela Liberdade, no Rio de Janeiro, em comemoração pela vitória do golpe. 02 de abril de 1964. (Fonte: www.cpdoc.fgv.br).

Talvez o ponto mais interessante destes depoimentos seja o fato de que o golpe apareça como o “resultado de ações dispersas e isoladas, embaladas, no entanto, pelo clima de inquietação e incertezas que invadiu a corporação” (Idem). Assim, não havia um projeto de governo entre os vencedores, sendo o mesmo moldado ao longo do exercício do poder, especialmente para conter os excessos da chamada linha dura como forma de garantir a unidade militar.

Por outro lado, a memória dos militantes da esquerda sobre o golpe de 64 se construiu com base na compreensão de sua derrota e isso também se manifesta com vigor no filme de Silvio Tendler. Para Dênis de Moraes, há quatro linhas interpretativas sobre a derrocada das forças progressistas. A primeira é que a política de alianças do bloco nacional-reformista superaria a ofensiva conservadora e golpista. Tal idéia criava a ilusão de que as reformas de base eram inevitáveis por conta da mobilização popular. A segunda tese propõe que as forças de esquerda não conseguiram estabelecer uma plataforma comum, mostrando a incapacidade de elaboração estratégica e tática para convencer a sociedade brasileira, como um todo, da necessidade de se implementar as reformas de base. Terceiro, “as contradições entre as próprias forças de esquerda impediram que elas impusessem a sua direção político-ideológica ao bloco nacional-reformista.

Em conseqüência, revelaram-se impotentes para debelar a articulação do complexo conservador (IPES, ESG etc.) por uma reordenação do sistema capitalista no Brasil”. Por fim, a quarta linha interpretativa “transfere para o Presidente Goulart a responsabilidade maior pela derrota” (MORAES, 1989: 361-164).

Tais teses convergem para dois dados fundamentais para a compreensão da derrota da esquerda no contexto do golpe de 1964. De um lado, “as contradições entre as forças progressistas superaram a busca de um consenso que respalde a unidade de ação nas questões centrais ao avanço democrático” e a “subestimação do valor da democracia” (Idem). Talvez, o mais importante desta memória traumática para a esquerda seja a possibilidade de rever sua



Comício pelas reformas de base na Central do Brasil (1964). (Fonte: www.vermelho.org.br).



Comício pelas reformas de base na Central do Brasil (1964). (Fonte: www.vermelho.org.br).

idéia de democracia, que, naquela época, era eminentemente instrumental, isto é, era apenas um meio para atingir o poder e não um fim em si. Hoje podemos afirmar que a democracia pode ser considerada um “valor universal” no seio da esquerda brasileira.

Como arremata Jorge Ferreira (2001, p. 175-176), além da emoção que transpassa o filme *Jango*, o diretor tem clara simpatia com o presidente deposto. “Execrado pela direita, desprezado pela esquerda e solenemente ignorado pela pesquisa universitária”, João Goulart foi personagem histórico ocultado, condenado ao esquecimento coletivo, banido da vida política e cultural do país. “Esse, portanto, foi o objetivo da simpatia de Tendler por Goulart em *Jango* e, sem dúvida, seu grande mérito. (...) O diretor lembrou que Goulart foi presidente da República e que a sociedade foi cúmplice no projeto de reformar o país”. Quando a sociedade relega o presidente Goulart ao esquecimento e dedica-lhe o silêncio, o filme, como objeto de memória, recupera a personagem histórica, exercendo seu papel na formação, reorganização, enquadramento e rearranjo da memória coletiva.

A tentativa de esquecer *Jango*, contudo, não frutificou, pois sua luta continua atual, na medida em que parcelas da esquerda brasileira ainda pregam hoje a soberania nacional, o rompimento com o FMI, a defesa das estatais em setores estratégicos, a reforma agrária, a educação e a saúde de qualidade, entre outras bandeiras. Todas aquelas que eram defendidas pelas reformas de base no início dos anos 1960. Como disse Ferreira (2001, p. 177), as “esquerdas brasileiras são trabalhistas, embora, como se dizia antigamente, ainda não saibam disso”.

Essa imagem da atualidade de *Jango* pode ser encontrada no emocionante final do filme, quando o poema de Fernando Brandt afirma que “as lágrimas de 64 continuam justas”. Assim, tanto no poema, quanto no filme “o projeto interrompido continua vivo e vale a pena ser lembrado” (BERNARDET & RAMOS, 1988, p. 46).

CONCLUSÃO

Caro aluno, podemos concordar com a leitura de Caio Navarro de Toledo (1983: 117-120), na qual diz que, o que distinguiu os Tempos de Goulart foi a tentativa de estabelecer reformas econômicas, sociais e políticas por parte do Executivo federal, visando a resolver alguns impasses colocados pelo próprio processo de desenvolvimento capitalista no Brasil após o governo JK (1956-1960). Essas reformas não possuíam um caráter transformador ou revolucionário, como apregoavam as classes dominantes.

Neste sentido, o golpe de 1964 representou a eliminação dos obstáculos para a plena realização do capital monopolista, com a redistribuição forçada da renda em prejuízo dos assalariados. Como bem resumiu Ricardo MARRANHÃO (1986: p. 294), a “margem de democracia existente no período

mostrou ser suficientemente grande para prejudicar o desenvolvimento do capital monopolista”, especialmente com o avanço da radicalização política das esquerdas brasileiras. Contudo, essas mesmas esquerdas “não puderam impedir que a autonomia relativa do Estado acabasse por transformá-lo em verdadeiro Leviatã do grande capital”.

Vale realçar que as interpretações sobre os “Tempos de Goulart” permanecem controversas, na medida em que as esquerdas, apesar de reconhecerem avanços sociais e políticos no período, buscam investigar, primordialmente, as razões dos limites e das impossibilidades da democracia burguesa populista. Ao mesmo tempo, a direita procura justificar a implantação do regime autoritário e do Estado militarizado, colocando o governo Jango como sinônimo de corrupção, subversão, desordem e crise de autoridade.

Essa controvérsia se manifestou com vigor na construção da narrativa cinematográfica de Silvio Tendler, na qual o diretor optou, claramente, pela sua simpatia com o presidente deposto e seu projeto de justiça social. Neste sentido, quando a sociedade relega o presidente Goulart ao esquecimento e dedica-lhe o silêncio, o filme, como objeto de memória, recupera a personagem histórica, exercendo seu papel na formação, reorganização, enquadramento e rearranjo da memória coletiva.



ATIVIDADES

Procure nos arquivos de jornais de sua cidade um noticiário da época, e discuta no fórum virtual a diferença entre a narrativa jornalística e a narrativa presente no filme sobre Jango.



JORNAL DO BRASIL: 14 de março de 1964

Jornal do Brasil de 14/03/1964. Vê-se a notícia acerca do comício das reformas de base, realizado na sexta-feira, 13 de março, em frente à Central do Brasil. (Fonte: www.jblog.com.br).



Jornal do Brasil de 19/03/1964. A manchete alude à liberdade, ocorrida em São Paulo, a 19 de março, Dia de São José, padroeiro da família. (Fonte: www.jblog.com.br).



RESUMO

O Governo de João Goulart (1961-1964) conviveu desde o primeiro momento com o fantasma do golpe de Estado. Se na crise de 1961 a mobilização popular em defesa da legalidade impediu que o golpe de Estado se efetivasse, em 1964 ele se tornou uma realidade concreta, pois a ameaça do aprofundamento da crise econômico-social, especialmente do avanço da radicalização política do movimento popular e sindical, provocou a unificação política das classes dominantes, que impôs ao país uma nova ordem político-institucional de matiz eminentemente autoritário.

Talvez como em nenhum outro momento histórico a história política brasileira mostrou, com vigor, os impasses e os conflitos da democracia burguesa no Brasil, impondo o golpe de 1964 como marco divisor e referência incontornável para qualquer avaliação do passado recente, particularmente por sua herança autoritária em nossa vida política e jurídica.

MOMENTO DE REFLEXÃO

Entrevista com Manuel Correia de Andrade sobre o golpe de 1964 no Nordeste Brasileiro.

Como se explica que os dois únicos governadores a apoiar Jango até o fim tenham sido do Nordeste?

R. Acredito que sendo o Nordeste a região mais pobre do país e tendo despertado para a luta pelo atendimento de suas necessidades era a região mais consciente do processo de empobrecimento em que se encontrava. E os governadores, como líderes políticos, naturalmente sentiam a necessidade de acompanhar as aspirações populares. É verdade que numerosos governadores como Mauro Borges em Goiás e Bagder da Silveira no Rio de Janeiro, também tinham compromissos com reformas mas, vendo que a situação de João Goulart era insustentável, procuraram participar de sua deposição, certamente esperando influir nos rumos que tomaria o golpe de Estado. Estavam profundamente enganados, de vez que, consolidado o poder, foram em seguidas depostos e cassados.

No próprio Nordeste, Pedro Gondim, da Paraíba e Aluísio Alves, do Rio Grande do Norte, concluíram seus mandatos mas, em seguida foram cassados por motivos os mais diversos.

Vê-se assim que Arraes e Seixas Dória foram mais conseqüentes e assumiram a posição que defendiam sacrificando espontaneamente o próprio mandato. É provável também que os dois tivessem mais

consciência dos deveres e dos compromissos com o povo e soubessem que se continuassem no governo, compactuando com o golpe, seriam além de sacrificados politicamente, desmoralizados como políticos e como líderes. Deve-se lembrar também que foram os dois únicos governadores que compareceram ao comício de 13 de março, quando Goulart propôs medidas revolucionárias.

Para o Nordeste as conseqüências do golpe de 64 foram mais graves do que para o resto do país? De que forma?

R. É difícil se avaliar até que ponto as medidas do golpe de 64 foram mais graves no Nordeste do que no resto do país. Pode-se salientar, porém, que em 1964 a repressão política



Em 01/04/64, o governador Miguel Arraes é deposto, saindo do Palácio do Governo, em Recife, direto para a prisão. (Fonte: www.pe-az.com.br).

foi maior no Nordeste porque se admitia que o ‘processo de comunistização’ ali estava mais avançado e devia ser reprimido. Daí a tremenda perseguição que foi feita aos que colaboraram com Arraes, aos que tinham idéias de esquerda, mesmo não comunistas, contra os que defendiam uma modernização do sistema de poder, contra os que reivindicavam melhores salários e melhores condições de trabalho. Contra os que refletiam sobre a precária situação da região e do país. Foram fortemente atingidas pessoas e instituições como a Sudene, os órgãos ligados aos governos estaduais, os sindicatos, a Igreja Católica, a Universidade tanto em seu corpo discente como no docente, as instituições de cultura, etc. Tudo que cheirasse a cultura popular, a interesses populares, a reformas econômicas e sociais, a investigação científica, etc. era suspeito e passível de perseguição. O desmonte destas estruturas se deu a tal nível que no período mais agudo do regime autoritário – fins dos anos 60 e início dos 70 – a repressão foi maior no Sudeste do que no Nordeste. É que a reação ao autoritarismo no Nordeste já estava até certo ponto exaurida.

Não se pode afirmar, porém, que a política autoritária tenha sido mais grave no Nordeste do que no resto do país, porque



Presidente João Goulart na Sudene, em Recife (sentado), à sua esquerda Celso Furtado, ministro do Planejamento, idealizador do Plano Trienal. (Fonte: www.cpdoc.fgv.br).

as principais medidas foram tomadas em escala nacional e atingiram todo o território e povo brasileiros. Talvez estas medidas se apresentassem mais graves no Nordeste do que no Sudeste e no Sul, porque o Nordeste era mais pobre e conseqüentemente, mais vulnerável.

Hoje, já se pode avaliar as conseqüências altamente lesivas ao interesse nacional implantadas com a política de abertura de capital estrangeiro que passou a controlar os mais importantes setores de nossa economia, com o freio à reforma agrária, com a política de endividamento externo e interno empobrecendo ainda mais a população, com a repressão à reflexão e à pesquisa científica que expulsou do país os melhores cérebros, com a reforma universitária que fez crescer consideravelmente a oferta de vagas ao mesmo tempo em que fez cair a qualidade do ensino, com a deteriorização das condições de saúde da população, com a expansão da fronteira agrícola sem a menor preocupação com os problemas ecológicos e com a execução de projetos faraônicos que não traziam nenhum benefício ao país. E a ‘Nova República’ sonhada por Tancredo Neves não mudou o rumo da política econômica e não atendeu aos reclamos e aspirações do povo brasileiro”.

In: ANDRADE, Manuel Correia de. 1964 e o Nordeste: golpe, revolução ou contra-revolução? São Paulo: Contexto, 1989 (Coleção Repensando a História), p. 8-10.



ATIVIDADES

A partir da leitura do texto desenvolva as seguintes questões:

1. Entreviste pessoas que vivenciaram aquele momento histórico, consultando como participaram ou não do processo de radicalização política no início dos anos 1960.
2. Compare os depoimentos dessas pessoas com o conteúdo da entrevista de Manuel Correia de Andrade.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. **1964 e o Nordeste: golpe, revolução ou contra-revolução?** São Paulo: Contexto, 1989 (Coleção Repensando a História).
- BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)**. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- BERNARDET, Jean Claude; RAMOS, Alcides Freire. **Cinema e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/Editora da USP, 1988.
- D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (orgs.). **Visões do golpe: a memória militar sobre 1964**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- FERREIRA, Jorge. Como as sociedades esquecem: Jango. In: SOARES, Mariza de Carvalho & FERREIRA, Jorge. **A História vai ao cinema**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- FERREIRA, Jorge. **O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves (orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática**. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- LABAKI, Amir. **Introdução ao documentário brasileiro**. São Paulo: Francis, 2006.
- MARANHÃO, Ricardo. **O Estado e a política populista no Brasil**. FAUSTO, Boris (coord.). **História Geral da Civilização Brasileira**. 3 ed. Tomo III, v. 3. São Paulo: Difel, 1986.
- MENDONÇA, Sônia R. de; FONTES, Virgínia Maria. **História do Brasil recente (1964-1992)**. 5 ed. revista e atualizada. São Paulo: Ática, 2006.
- MORAES, Dênis. **A esquerda e o golpe de 64**. 2 ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Do golpe militar à redemocratização 1964/1984. In: LINHARES, Maria Yeda (org.). **História Geral do Brasil**. 6 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o golpe de 64**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1983 (Coleção Tudo é História).

WEFFORT, F. A crise do populismo. **História do Século 20**. São Paulo, Abril Cultural, s/d, v. 6, p. 2630-2636.